



A-145

A-146

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 70/2014

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

PROVA OBJETIVA

Leia com atenção as Instruções

1. Você recebeu do fiscal um **cartão de respostas da prova objetiva** e este **caderno de questões** que contém **60 (sessenta) questões objetivas**.
2. É sua responsabilidade verificar se o nome do cargo informado neste **caderno de questões** corresponde ao nome do cargo informado em seu **cartão de respostas**.
3. Você dispõe de **4 (quatro) horas** para realizar a prova, incluindo o preenchimento do **cartão de respostas**.
4. Somente depois de decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá retirar-se da sala de prova em caráter definitivo, obrigatoriamente entregando ao fiscal de sala todo o material de prova recebido.
5. Somente será permitido ao candidato levar seu **caderno de questões** quando faltar uma hora para o término do tempo estabelecido para a prova.
6. É terminantemente vedado copiar respostas, em qualquer fase do concurso público.

7. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão ser liberados juntos.

8. Se você precisar de algum esclarecimento, consulte o fiscal.

Somente após autorização para o início da prova:

1. Verifique, neste **caderno de questões**, se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
2. Verifique, no **cartão de respostas**, se existem espaços suficientes para a marcação das respostas de todas as **questões objetivas** existentes neste caderno de questões.
3. Transcreva a frase abaixo, utilizando letra cursiva, no espaço reservado no seu **cartão de respostas**.

"Não é necessário ver todos os degraus. Apenas dê o primeiro passo." *Martin Luther King Jr.*

Cronograma Previsto - Prova Objetiva

Atividade	Início	Término
Divulgação das provas - Todos os cargos - Internet	18/08/2014	
Divulgação dos gabaritos preliminares das provas - Todos os cargos - Internet		
Disponibilização das imagens do material de prova - Todos os cargos - Internet		
Divulgação do resultado preliminar das provas - Todos os cargos - Internet		

Consulte o cronograma completo em <http://concursos.pr4.ufrj.br>

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir:

O VERDE DA MODA

Muita gente acha que clorofila faz bem à saúde. Os estudiosos dizem que é bobagem.

1 Todo mundo aprende na escola que a clorofila, aquele pigmento que dá cor verde às plantas, está na base da fotossíntese – o processo pelo qual os vegetais, na presença de luz solar, absorvem o gás carbônico da atmosfera e liberam oxigênio. Fundamental na natureza, a clorofila desde há muito tem o papel de coadjuvante nos produtos de higiene pessoal. É adicionada a pastas de dentes e desodorantes, por causa da sensação de frescor que propicia. De uns tempos para cá, no entanto, os naturebas começaram a divulgar que a substância é capaz de operar verdadeiros milagres também nos corpinhos que não têm caule, folhas e frutos. Ela limparia a corrente sanguínea, fortaleceria o sistema imunológico, revitalizaria o cérebro, diminuiria a depressão, retardaria o envelhecimento, evitaria a ressaca e – pasme – até ajudaria no tratamento de doenças como o câncer e a Aids. Como há quem acredite em tudo (e também quem ganhe dinheiro com tudo), o consumo de clorofila não tardou a virar moda. Ela passou a ser vendida na forma de sucos, sorvetes e cremes e loções para o corpo. A última novidade vem do Havai. Uma empresa daquele Estado americano lançou o primeiro desodorante em comprimido à base de clorofila. Uma pastilha pela manhã, outra à noite e tchan, tchan, tchan: em no máximo quatro dias, o usuário já sentiria uma mudança incrível. Qual seria ela? “Todos os odores do organismo desaparecem”, diz Eddie Onouye, um dos donos do laboratório que fabrica o tal desodorante.

Essa história de clorofila está deixando verdes de raiva os estudiosos mais sérios. Eles afirmam que tudo não passa de mais uma bobagem destinada a enganar quem tem QI de pterodófito. “O consumo de clorofila não serve para nada”, esclarece a professora Ursula Lanfer Marquez, da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo. O motivo é simples: as moléculas da substância não são absorvidas pelo organismo. Os defensores do modismo argumentam que, uma vez ingerida, a molécula de clorofila se quebra e libera magnésio, mineral importante para os ossos, dentes, músculos e para a transmissão de impulsos nervosos. “Nem sempre há essa liberação de magnésio e, quando há, as suas quantidades são tão pequenas que não têm nenhum efeito”, explica Ursula. Para ingerir magnésio, basta comer bem. O mineral é encontrado na maioria dos alimentos – laticínios, peixes, carne, frutos do mar, maçã, abacate, banana, feijão, rúcula, batata e agrião, entre outros.

(NEIVA, Paula Beatriz. Revista Veja, edição 1746, 10 abr. 2002, p. 73)

1. A respeito do subtítulo do texto, pode-se afirmar que:
 - A) as duas frases sintetizam as principais ideias do texto.
 - B) a segunda ratifica a ideia contida na primeira.
 - C) as duas frases apresentam ideias semelhantes.
 - D) a segunda frase é incoerente em relação à primeira.
 - E) as duas frases apresentam sujeitos correferenciais.
2. O conectivo que pode ser utilizado entre as frases do subtítulo, reforçando a ideia pretendida, segundo o ponto de vista do texto, é:

- A) então.
- B) portanto.
- C) porque.
- D) logo.
- E) porém.

3. Observe o fragmento do texto: “Todo mundo aprende na escola que a clorofila, aquele pigmento **que** dá cor verde às plantas, está na base da fotossíntese” (1º§, l. 1-3). O conectivo destacado introduz:
 - A) complemento verbal e exerce função de objeto direto.
 - B) ideia acessória e exerce função de advérbio.
 - C) informação qualificadora e exerce função de sujeito.
 - D) adjunto adnominal e exerce função de predicativo.
 - E) complemento nominal e exerce função de aposto.
4. No texto, o autor se refere aos adeptos do uso do suco de clorofila como **naturebas** (1º§, l. 9). Assinale a alternativa em que a formação sufixal apresenta o mesmo valor semântico da palavra destacada:
 - A) malabarista, motorista, ciclista.
 - B) amador, contador, zelador.
 - C) merendeira, lancheira, mamadeira.
 - D) fofoqueiro, encenqueiro, funqueiro.
 - E) comerciante, bancário, secretário.
5. “Ela limparia a corrente sanguínea, fortaleceria o sistema imunológico, revitalizaria o cérebro, diminuiria a depressão, retardaria o envelhecimento, evitaria a ressaca e – pasme – até ajudaria no tratamento de doenças como o câncer e a Aids” (1º§, l. 12-16). Nesta passagem, o autor indica a incerteza frente ao que está sendo expresso. Assinale a alternativa que apresenta o elemento linguístico utilizado para concretizar esse posicionamento:
 - A) construção de orações coordenadas assindéticas.
 - B) uso do verbo no futuro do pretérito.
 - C) omissão do sujeito na maioria das frases.
 - D) utilização de frases curtas.
 - E) preferência da ordem sujeito-verbo-objeto.

Observe atentamente o trecho literário e responda as questões de 6 a 10:

“(...) E à tarde, quando o sol — condor sangrento —, No ocidente se aninha sonolento, Como a abelha na flor... E a luz da estrela trêmula se irmana Co’a fogueira noturna da cabana, Que acendera o pastor, (...)”

(©Castro Alves Boa Vista, 1867, Espumas Flutuantes, 1870)

6. No fragmento poético, Castro Alves descreve com grande carga intuitiva:
 - A) a aurora.
 - B) o crepúsculo.
 - C) o alvorecer.
 - D) a madrugada.
 - E) o amanhecer.

7. “No **ocidente** se aninha sonolento”. O termo destacado pode ser substituído sem prejuízo de sentido por:
- leste.
 - oriente.
 - nascente.
 - este.
 - ocaso.
8. Nos versos “E a luz da estrela trêmula se irmana / Co’a fogueira noturna da cabana”, Castro Alves estava se referindo à:
- união igualada das luzes da estrela e da fogueira.
 - distância entre a estrela e a fogueira do pastor.
 - extensão de tempo espaço do universo como um todo.
 - oposição de valores entre as luzes da estrela e da fogueira.
 - mesma magnitude das luzes entre a estrela e a fogueira.
9. A expressão “**condor sangrento**” introduz uma figura de linguagem que ocorre quando uma palavra passa a designar alguma coisa com a qual não mantém nenhuma relação subjetiva. Trata-se, pois, de uma:
- metonímia.
 - catacrese.
 - metáfora.
 - antonomásia.
 - símile.
10. Nos versos “Co’a fogueira noturna da cabana, / Que **acendera** o pastor” o verbo sublinhado denota uma ação passada anterior a outro fato também passado. A forma verbal corresponde ao:
- futuro do pretérito do modo subjuntivo.
 - presente do modo imperativo.
 - pretérito imperfeito do modo indicativo.
 - presente do modo indicativo.
 - pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo.

REGIME JURÍDICO



Em 27 de março último, o Conselho Universitário da UFRJ aprovou a criação do Ano da Memória e Verdade da universidade. Especialmente entre 1º de abril de 2014 e 1º de abril de 2015, diversas iniciativas coordenadas pela Comissão da Memória e Verdade da instituição discutirão os anos de ditadura militar marcados por graves violações de direitos na sociedade, nas instituições universitárias, em geral, e na UFRJ, em especial.

A Lei Federal nº 8.112/1990, como se sabe, faz cumprir determinação da Carta Magna de 1988, que restabelece novas condições jurídico-legais para a democratização do país, depois de mais de 20 anos sob o autoritarismo e as arbitrariedades do regime militar.

11. Dentre as alternativas adiante, marque aquela que apresenta dispositivo da Lei Federal nº

- 8.112/1990 que expressa diretamente preceito da nova ordem democrática constitucional.
- As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.
 - O servidor perderá a remuneração do dia em que faltar ao serviço, sem motivo justificado.
 - Os benefícios do Plano de Seguridade Social do servidor compreendem assistência à saúde.
 - A ação disciplinar prescreverá em 2 (dois) anos, quanto à suspensão.
 - Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

12. Considerando os dois dispositivos da Lei Federal nº 8.112/1990 apresentados a seguir:

“Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I - a nacionalidade brasileira;
(...)”

§ 3º As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei.

(...)”

É correto afirmar que os legisladores reconheceram que as universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais:

- devem ter tratamento distinto dos demais órgãos da administração, em razão da natureza especializada de suas atividades.
- precisam ter autonomia plena para compor seu quadro de pessoal.
- necessitam dos cientistas estrangeiros, mais qualificados do que os brasileiros.
- precisam dispor de meios para se apropriar das tecnologias dos países mais desenvolvidos que se negam a transferir conhecimento.
- dependem da expertise de estrangeiros para promover o desenvolvimento tecnológico do país.

13. Dentre os deveres do servidor adiante relacionados – conforme estabelecido na Lei Federal nº 8.112/1990 – assinale aquele que se opõe frontalmente à manifestação mais comum do excesso burocrático que, muitas vezes, caracteriza as relações dos órgãos públicos com as demandas administrativas dos cidadãos.



- Zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público.
- Guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- Ser assíduo e pontual ao serviço.
- Atender com presteza à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- Cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.

14. Alvo permanente de setores que defendem a privatização de serviços essenciais prestados pelo Estado, a seguridade social é um direito fundamental e uma conquista dos trabalhadores. Assinale, adiante, a alternativa com afirmação correta sobre o que estabelece a Lei Federal nº 8.112/1990 a respeito da Seguridade Social do Servidor.
- A) O servidor ocupante de cargo em comissão que não seja, simultaneamente, ocupante de cargo ou emprego efetivo na administração pública terá direito aos benefícios do Plano de Seguridade Social, com exceção da assistência à saúde.
 - B) Não será assegurada ao servidor licenciado ou afastado sem remuneração a manutenção da vinculação ao regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público.
 - C) As aposentadorias e pensões serão concedidas e mantidas pelos órgãos ou entidades aos quais se encontram vinculados os servidores.
 - D) O Plano de Seguridade Social assegura cobertura aos riscos a que estão sujeitos o servidor e sua família, exclusivamente nos casos do exercício de funções consideradas insalubres ou perigosas.
 - E) Os benefícios do Plano de Seguridade Social do servidor não compreendem, quanto ao servidor, o salário-família.
15. Felizmente, o desejo e os mecanismos de participação e controle da sociedade sobre o Estado e suas instituições são crescentes. Esse processo é imprescindível para a consolidação e o aperfeiçoamento de nossa frágil democracia.



Ainda que já se faça necessária uma ampla atualização do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, é inegável sua contribuição para a reorganização relativamente democrática da administração pública federal.

Dentre os dispositivos da Lei Federal nº 8.112/1990 relacionados nas alternativas, assinale aquele que pode ser diretamente relacionado com o conceito de controle social mencionado:

- A) Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.
- B) A posse poderá dar-se mediante procuração específica.
- C) É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

- D) No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.
- E) À autoridade competente do órgão ou entidade para onde for nomeado ou designado o servidor compete dar-lhe exercício.

16. Durante vários anos do regime militar, a ditadura editou numerosa regulamentação que proibia a realização de concursos públicos. Os vetos integravam a estratégia de modernização conservadora das estruturas do Estado, que atingiu também as universidades. Assim, a redemocratização do país, iniciada com a derrubada do regime, implicava necessariamente, também, a democratização do acesso aos cargos da administração governamental.



Fonte: www.youtube.com





Assinale, adiante, a alternativa que apresenta a afirmação correta relativamente a cargo público, conforme inscrito na Lei Federal nº 8.112/1990.

- A) Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.
- B) Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional ou introduzidas em decorrência de inovação tecnológica.
- C) Chama-se cargo público o conjunto legal de responsabilidades que serão atribuídas a um servidor no momento de sua posse.
- D) Criados por lei – ou por decisão do Presidente da República, em casos de calamidade –, os cargos públicos poderão ser para provimento em caráter efetivo, em comissão ou, excepcionalmente, temporários.
- E) É permitida a prestação de serviços gratuitos, em cargos efetivos ou em comissão, conforme os casos previstos em lei.



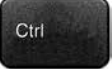
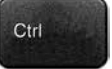
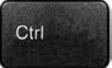

17. A regulação das nomeações estabelecida na Lei Federal nº 8.112/1990 constitui, também, fator de promoção de transparência e equidade na administração pública. Assinale, a alternativa que apresenta afirmação correta quanto a esse ato administrativo.

- A) A nomeação far-se-á em caráter efetivo, independentemente de quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira.
- B) O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial não poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança.

INFORMÁTICA

- C) A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.
- D) A nomeação far-se-á em caráter temporário, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira.
- E) A nomeação far-se-á em caráter efetivo, inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos.
- 18.** Das proibições a que está submetido o servidor, elencadas nas alternativas a seguir, marque aquela que está relacionada com eventuais tentativas de partidização da administração pública. Ao servidor é proibido:
- A) promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição.
- B) manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.
- C) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.
- D) coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político.
- E) cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado.
- 19.** Quanto ao vencimento e à remuneração, ambos regulados no Título III da Lei Federal nº 8.112/1990, é correto afirmar que:
- A) O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é redutível exclusivamente no período do estágio probatório.
- B) A isonomia de vencimentos é assegurada exclusivamente para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder.
- C) Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
- D) Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, deduzidas as vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
- E) Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público ou comissionado, com valor fixado em lei, acrescida de vantagens transitórias obtidas por meio de avaliação de desempenho.
- 20.** Em relação aos benefícios do Plano de Seguridade Social estabelecido na Lei Federal nº 8.112/1990, é correto afirmar que, quanto ao servidor, eles **NÃO** compreendem:
- A) auxílio-natalidade.
- B) salário-família.
- C) licença à gestante, à adotante e licença-paternidade.
- D) assistência à saúde.
- E) auxílio-reclusão.
- 21.** De acordo com o BrOffice 3.2, no Writer, o ícone utilizado para copiar a formatação do objeto ou do texto selecionado e aplicá-la a outro objeto ou a outra seleção de texto é o:
- A) localizar e substituir.
- B) *gallery*.
- C) navegador.
- D) pincel de estilo.
- E) copiar.
- 22.** De acordo com o BrOffice 3.2, no Calc, ao clicar na opção “formatar”, e em seguida “página”, é aberta uma janela que contém várias abas. Assinale em qual delas temos acesso ao recurso fator de escala.
- A) Cabeçalho.
- B) Rodapé.
- C) Planilha.
- D) Bordas.
- E) Página.
- 23.** De acordo com o BrOffice 3.2, no Calc, é possível visualizar o resultado da função média, soma, máximo e mínimo, sem sequer digitar ou inserir as funções. Marque em que parte da área de trabalho do Calc pode-se encontrar esse resultado.
- A) Caixa de nomes.
- B) Barra de status.
- C) Barra de ferramentas.
- D) Cabeçalho de coluna.
- E) Barra de fórmulas.
- 24.** No tocante à utilização de comandos para organização e manipulação de arquivos e diretórios no sistema operacional Linux, o comando responsável pela atribuição de permissões de arquivos é o:
- A) chmod
- B) tail
- C) vi
- D) nmap
- E) top
- 25.** No Sistema Operacional Linux, o comando *ls* é utilizado para:
- A) listar aplicativos em execução.
- B) excluir diretórios.
- C) criar um diretório seguro.
- D) criar um arquivo.
- E) listar diretórios e arquivos.
- 26.** No Sistema Operacional Windows 7, os atalhos que executam, respectivamente, as seguintes ações: Mostrar a “Área de Trabalho” ou restaurar todas as janelas ; e executar o Windows Explorer é:
- A)  + A ;  + W
- B)  + M ;  + J

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- C)  + D ;  + E
- D)  + D ;  + E
- E)  + I ;  + P

27. O principal objetivo de uma _____ é compartilhar informações e recursos de computação, a partir de um local interno de uma empresa. É normalmente inclui ligações através de um ou mais computadores ligados à _____, também conhecida como rede mundial de computadores.

- A) internet, intranet.
- B) intranet , internet.
- C) wan, intranet.
- D) internet, lan.
- E) wan, lan.

28. Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta um tipo de vírus de computador:

- A) *trojan*.
- B) *phishing*.
- C) *keylogger*.
- D) *hacker*.
- E) *worm*.

29. Ao se acessar a internet em locais públicos, informações como e-mails, senhas, histórico de pesquisas em sites acessados devem ser mantidas em sigilo. Para isso, vários browsers/navegadores possuem recursos que impedem o armazenamento desses dados. No navegador Mozilla Firefox, esse recurso recebe o nome de:

- A) navegação sigilosa.
- B) navegação absoluta.
- C) ambiente privado.
- D) acesso privativo.
- E) navegação privativa.

30. Dentre as formas de se gerenciar as mensagens de um correio eletrônico, uma é a de serviços providos por empresas tais como: Google, Hotmail, Yahoo. Outra forma é através de ferramentas de gerenciamento de e-mails como Mozilla Thunderbird e Microsoft Outlook. A utilização dessas ferramentas requer a configuração de serviços baseados nos protocolos POP3 e SMTP. Os protocolos correspondem, respectivamente:

- A) ao envio de e-mails e recebimento de e-mails.
- B) ao recebimento de e-mails e envio de e-mails.
- C) ao espelhamento de e-mails e recebimento de e-mails.
- D) à retirada de e-mails e recebimento de e-mails.
- E) à exclusão de e-mails e envio de e-mails.

31. O Orçamento-Programa consiste em um instrumento de planejamento desenvolvido na perspectiva do Orçamento moderno e, portanto, constitui uma evolução das práticas tradicionais de Orçamento. As características a seguir estão associadas ao conceito de Orçamento-Programa, **EXCETO**:

- A) quantificação de objetivos e fixação de metas.
- B) classificação clássica por unidade administrativa.
- C) avaliação de resultados.
- D) relação insumo-produto.
- E) gerência por objetivos.

32. Os instrumentos de Planejamento Orçamentário no Brasil, previstos na Constituição Federal e regulamentados por legislação complementar, têm objetivos e conteúdos específicos, que visam subsidiar o gestor na administração dos recursos públicos. Um desses instrumentos, o Plano Plurianual, a literatura chama de planejamento estratégico e um dos seus objetivos é definir:

- A) as despesas relativas aos programas de duração continuada.
- B) as metas e prioridades da Administração Pública Federal.
- C) os mecanismos de compensação da renúncia de receita.
- D) a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- E) os investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

33. Um determinado ente federativo, ao elaborar o seu Orçamento Anual, estimou uma arrecadação de R\$100.000,00. Considerando os Princípios Orçamentários e a legislação pertinente, pode-se afirmar que:

- A) o resultado da execução orçamentária será nulo.
- B) o valor previsto deverá ser integralmente empenhado.
- C) a arrecadação poderá ultrapassar em 10% o valor previsto.
- D) a despesa fixada está limitada a R\$100.000,00.
- E) o orçamento poderá ser suplementado em 25%.

34. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os créditos adicionais são as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária. Os créditos adicionais são classificados de acordo com a finalidade para a qual são abertos e seguem regras específicas. São características dos créditos adicionais especiais e suplementares, respectivamente:

- A) atender a despesas não contempladas no Orçamento e impossibilidade de prorrogação.
- B) autorização legislativa prévia incluída na lei orçamentária e atender a despesas não contempladas no Orçamento.
- C) reforçar dotação orçamentária existente no Orçamento e independência da disponibilidade de recursos.

- D) reforçar dotação orçamentária existente no Orçamento e possibilidade de prorrogação.
E) atender a despesas imprevisíveis e urgentes e possibilidade de prorrogação.
- 35.** Considerando que a Receita Corrente Líquida anual em um determinado município foi de R\$ 380.000,00, em relação à despesa com pessoal, pode-se afirmar que:
- A) se a despesa total com pessoal ultrapassar R\$205.200,00, será vedada alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.
B) se a despesa total com pessoal ultrapassar R\$ 216.600,00, será vedado o provimento de cargo público.
C) o limite máximo da despesa total com pessoal desse ente no período é de R\$190.000,00.
D) a despesa máxima do pessoal do Poder Executivo é de R\$186.200,00.
E) a despesa máxima do pessoal do Poder Legislativo é de R\$11.400,00.
- 36.** A NBC T 16.1 – Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação dispõe que a soma, agregação ou divisão de patrimônio de uma ou mais entidades do setor público resultará em novas Unidades Contábeis. A Unidade Contábil que representa o patrimônio das entidades do Setor Público na condição de pessoas jurídicas é classificada como:
- A) descentralizada.
B) originária.
C) unificada.
D) consolidada.
E) agregada.
- 37.** Uma determinada entidade da Administração Pública adquiriu, em 01/03/x0 dez veículos 0 km para uso em atividades administrativas, no valor unitário de R\$ 45.000,00. Todos os veículos entraram em operação no início do mês seguinte. A taxa de depreciação estimada é de 20% ao ano. A entidade espera alienar cada veículo ao final da vida útil por R\$ 5.000,00. Considerando as informações apresentadas e as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, pode-se afirmar que:
- A) no final de x0 a despesa de depreciação foi de R\$ 7.500,00.
B) o valor depreciável do conjunto de veículo é R\$ 45.000,00.
C) no final de x0 a despesa de depreciação foi de R\$ 6.000,00.
D) a cota de depreciação anual é de R\$ 9.000,00.
E) a cota de depreciação mensal é de R\$ 750,00.
- 38.** Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – PCASP), o sistema contábil é a estrutura de informações para identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidência dos atos e dos fatos da gestão do patrimônio público, com o objetivo de orientar o processo de decisão, a prestação de contas e a instrumentalização do controle social. Esse sistema é organizado em subsistemas de informações, que oferecem produtos diferentes em razão das especificidades demandadas pelos usuários e facilitam a extração de informações. Sobre os subsistemas de informações, julgue as afirmações a seguir.
- I) O subsistema de custos provê informações sobre o bom uso dos recursos públicos.
II) O resultado nominal é uma informação extraída do subsistema de informações patrimoniais.
III) O subsistema de resultado provê informações relativas ao resultado econômico da entidade.
- Está(ão) correta(s):
- A) apenas I.
B) apenas II.
C) apenas III.
D) I e III.
E) I e II.
- 39.** De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – DCASP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) tem como objetivo evidenciar as variações quantitativas e qualitativas verificadas no patrimônio de uma entidade em determinado período. Sobre as orientações para elaboração da DVP no MCASP, pode-se afirmar que:
- A) as variações qualitativas incluem tanto as decorrentes como as independentes da execução orçamentária.
B) na elaboração da DVP, serão consideradas apenas as variações qualitativas decorrentes das receitas e despesas de capital.
C) os itens Contribuições e Benefícios previdenciários e assistenciais são exemplos de grupos de variações patrimoniais aumentativas.
D) as variações patrimoniais decorrentes de redução a valor recuperável de ativos se enquadram no grupo uso de bens, serviços e consumo de capital fixo.
E) o grupo desvalorização e perda de ativos inclui itens como o resultado negativo de participações.
- 40.** De acordo com o art. 8º, da Lei nº. 4.320/64, com relação à natureza da receita orçamentária, os recursos provenientes de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores são identificados em:
- A) subalínea.
B) rubrica.
C) espécie.
D) origem.
E) alínea.

41. A Lei Orçamentária não deve conter dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa. Esta definição se refere ao Princípio da(o):
- Unidade.
 - Universalidade.
 - Equilíbrio.
 - Exclusividade.
 - Especificação.
42. De acordo com o regime de competência, as obrigações com fornecedores de material de consumo devem ser reconhecidas:
- no empenho da despesa.
 - na liquidação da despesa.
 - no pagamento da despesa.
 - na fixação da despesa.
 - na autorização da despesa.
43. “*Tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público*” (MCASP, 5ª. edição), esta definição refere-se:
- ao Balanço Patrimonial.
 - à Demonstração das Variações Patrimoniais.
 - à Demonstração do Fluxo de Caixa.
 - ao Balanço Financeiro.
 - ao Balanço Orçamentário.
44. O Decreto nº. 99.658 de 30/10/1990 regulamentou, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material. De acordo com o decreto mencionado, o material considerado genericamente inservível, para a Repartição, Órgão ou Entidade que detém sua posse ou propriedade, será classificado como ocioso quando:
- embora em perfeitas condições de uso, não estiver sendo aproveitado.
 - sua manutenção for onerosa, ou seu rendimento precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência.
 - sua recuperação for possível e orçar, no âmbito, a cinquenta por cento de seu valor de mercado.
 - não mais puder ser utilizado para o fim a que se destina devido a perda de suas características.
 - sua recuperação for possível e orçar, no âmbito, a cinquenta por cento ou mais de seu valor de mercado.
45. Assinale a alternativa que apresenta corretamente as alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público causadas pelas transações a seguir:
- (1) contratação de uma operação de crédito.
 - (2) consumo de estoque.
- (1) quantitativa aumentativa e (2) quantitativa diminutiva.
 - (1) qualitativa e (2) quantitativa aumentativa.
 - (1) qualitativa e (2) qualitativa.
 - (1) qualitativa e (2) quantitativa diminutiva.
 - (1) quantitativa aumentativa e (2) qualitativa.
46. Em que nível, no Plano de Contas Aplicado aos Setor Público (PCASP), é possível identificar as transações inter e intragovernamentais:
- 3º nível.
 - 4º nível.
 - 2º nível.
 - 5º nível.
 - 6º nível.
47. Na Prefeitura Esperança, as seguintes operações foram realizadas durante o exercício: (1) R\$ 50.000,00 foi o valor do empenho para aquisição de material escolar; (2) todo o material foi entregue, bem como a nota fiscal; (3) a operação foi liquidada e realizado pagamento de 60% da despesa orçamentária; (4) foram distribuídos 80% do material escolar; e (5) encerramento do exercício. O montante inscrito em Restos a Pagar Processados e o valor da variação patrimonial diminutiva são, respectivamente:
- R\$ 50.000,00 e R\$ 50.000,00
 - R\$ 30.000,00 e R\$ 40.000,00
 - R\$ 20.000,00 e R\$ 10.000,00
 - R\$ 20.000,00 e R\$ 50.000,00
 - R\$ 20.000,00 e R\$ 40.000,00
48. O lançamento para Inscrição do Crédito em Dívida Ativa, no Órgão ou Entidade originária do crédito – contas de controle, é:
- D: Inscrição de Créditos
C: Créditos a Inscrever em Dívida Ativa
 - D: Créditos a Encaminhar para Dívida Ativa
C: Créditos Encaminhados para Dívida Ativa
 - D: Encaminhamento de Créditos
C: Créditos a Encaminhar para Dívida Ativa
 - D: Créditos a Inscrever em Dívida Ativa
C: Créditos Inscritos em Dívida Ativa
 - D: Créditos Encaminhados para Dívida Ativa
C: Créditos a Encaminhar para Dívida Ativa
49. A empresa estatal RJGRAF, responsável pela diagramação, impressão e distribuição do Diário Oficial do Estado de Bom Jeito, recebeu recursos do Tesouro Estadual, autorizados em Lei especial, para cobertura de seus déficits de manutenção. Estes recursos repassados pelo Tesouro correspondem a:
- contribuições.
 - subvenções sociais.
 - subvenções econômicas.
 - auxílios.
 - repasses intraorçamentários.

50. Considerando as classificações aplicáveis às contas contábeis do Setor Público, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- A) conta dinâmica é aquela que apresenta frequente movimentação no período.
 - B) conta sintética é aquela que recebe escrituração, não possuindo nível inferior.
 - C) conta devedora é aquela que possui saldo predominantemente devedor.
 - D) conta estável é aquela que possui só um tipo de saldo.
 - E) conta unilateral é aquela utilizada para lançamentos a débito ou a crédito, exclusivamente.
51. A respeito da tabela de eventos da Administração Pública Federal, pode-se afirmar que:
- A) somente aos Órgãos de contabilidade compete realizar os registros contábeis sem a indicação de eventos.
 - B) ela tem como objetivo transformar somente os fatos administrativos rotineiros em registros contábeis automáticos.
 - C) o código do evento possui 6 (seis) números, estruturados da seguinte forma: classe, tipo de modalidade e código sequencial.
 - D) os eventos 40.0.XXX são preenchidos na NC ou NE, de forma individual, e objetivam registrar a movimentação de créditos orçamentários ou a emissão de empenhos.
 - E) ela não faz parte do plano de contas da Administração Pública Federal.
52. Observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Princípio de Contabilidade que é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos processos de reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil, dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública é o do(a):
- A) Entidade.
 - B) Registro pelo Valor Original.
 - C) Competência.
 - D) Oportunidade.
 - E) Continuidade.
53. As receitas públicas são classificadas quanto a sua categoria econômica como correntes ou de capital. São exemplos de receitas correntes:
- A) as patrimoniais e as industriais.
 - B) as de alienações de bens e as agropecuárias.
 - C) as patrimoniais e as operações de crédito.
 - D) as de amortizações de empréstimos e as tributárias.
 - E) as de serviços e as sustentáveis.
54. O tipo de documento utilizado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI com a finalidade de registrar o comprometimento de despesa, bem como os casos em que se faça necessário o reforço ou a anulação desse compromisso é:
- A) a nota de empenho.
 - B) a nota de dotação.
 - C) a nota de movimentação de crédito.
 - D) a GPS eletrônica.
 - E) o DARF eletrônico.
55. Os créditos adicionais que independem da indicação de recursos para sua abertura e aqueles em que jamais é admitida a possibilidade de prorrogação são, respectivamente:
- A) os especiais e os extraordinários.
 - B) os suplementares e os especiais.
 - C) os extraordinários e os suplementares.
 - D) os extraorçamentários e os suplementares.
 - E) os especiais e os financeiros.
56. Os Planos e Programas Nacionais, Regionais e Setoriais previstos na Constituição Federal de 1988 serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual e apreciados pelo(a):
- A) Chefe do Poder Executivo.
 - B) Ministro da Fazenda.
 - C) Ministério do Planejamento.
 - D) Congresso Nacional.
 - E) Secretaria de Orçamento Federal.
57. De acordo com a Lei nº. 8.666/1993, pode-se afirmar que os tipos de licitação que serão utilizados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos, ressalvado o disposto em seu § 4º, do artigo 45, são:
- A) "menor preço" ou "maior lance".
 - B) "melhor técnica" ou "menor preço".
 - C) "melhor técnica" ou "técnica e preço".
 - D) "técnica e preço" ou "maior lance".
 - E) "menor preço" ou "técnica e preço".
58. Pode-se afirmar que a Dívida Ativa da União será apurada e inscrita no(a):
- A) Ministério da Justiça.
 - B) Procuradoria Geral Federal.
 - C) Ministério Público.
 - D) Senado Federal.
 - E) Procuradoria da Fazenda Nacional.
59. O Princípio Orçamentário que está estipulado, de forma literal, pelo caput do art. 2º. da Lei nº. 4.320/1964 e delimita o Exercício Financeiro Orçamentário como sendo o período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir é o Princípio do(a):
- A) Universalidade.
 - B) Exclusividade.
 - C) Legalidade.
 - D) Orçamento bruto.
 - E) Anualidade.

60. Considere as informações a seguir sobre a execução orçamentária de uma entidade da Administração Pública em um determinado período:

Receita				Despesa			
Título	Previsão	Arrecadação	Diferença	Título	Fixação	Execução	Diferença
Receitas Correntes				Despesas Correntes			
Tributárias	23.400,00	24.950,00	1.550,00	Pessoal e encargos	39.500,00	38.300,00	-1.200,00
Contribuições	6.900,00	6.200,00	-700,00	Juros da dívida	9.100,00	8.950,00	-150,00
Transferências Correntes	38.700,00	39.400,00	700,00	Outras despesas correntes	13.700,00	12.600,00	-1.100,00
Receitas de Capital				Despesas de Capital			
Operações de crédito	15.000,00	14.700,00	-300,00	Investimentos	13.500,00	13.200,00	-300,00
Alienação de bens	3.000,00	2.850,00	-150,00	Amortização da Dívida	11.200,00	11.100,00	-100,00

Julgue as afirmativas a seguir:

- I) O resultado da previsão orçamentária é nulo.
 II) O resultado da receita orçamentária indica frustração na arrecadação.
 III) O resultado da despesa orçamentária no exercício indica economia orçamentária superior a R\$ 2.800,00.
 IV) O resultado da execução orçamentária apresenta superávit de R\$ 3.950,00.

Estão corretas apenas:

- A) I, III e IV.
 B) II, III e IV.
 C) I e II.
 D) I e III.
 E) III e IV.

RASCUNHO

RASCUNHO



UFRJ